**Interesses Políticos**

“Antigamente, como é natural, cada qual se alternava nos cargos; então, alguém que estava ocupando uma magistratura olhava pelo interesse de quem não estava, o qual, igualmente, olhava pelo interesse dos outros quando estivesse ocupando uma magistratura. Mas, atualmente, com o objetivo de obter vantagens no exercício dos cargos, os homens querem conservar esses cargos para si, como se o fato de continuar os ocupando lhes conferisse saúde (pois, nesse caso estariam certos em querer continuar ocupando os cargos). A conclusão é evidente: os governos que têm em vista o interesse comum estão constituídos em conformidade com os princípios da justiça e, portanto, estruturados corretamente, mas aqueles que têm em vista apenas o interesse dos governantes são todos falhos e formas desviadas das instituições corretas, visto que são despóticos.”

Este comentário a respeito da postura política é de Aristóteles, extraído do livro “Política” (livro 3, cap VI). Aristóteles foi um pensador grego que viveu no quarto século antes de Cristo. Portanto há bem mais de 2300 anos e, evidentemente, seus escritos são bem antigos. Mas essa antiguidade redacional não envelheceu enquanto essência do conteúdo. E podemos notar duas particularidades no texto acima: primeiro, a alternância nos cargos aparece como algo natural; e, segundo, o fato de que a pessoa que ocupa um cargo fazê-lo visando os interesses de quem não estava ocupando cargo algum. Mas isso *“antigamente”.*  E o que essas características nos sugerem?

A análise filosófica de Aristóteles coincide com a perspectiva histórica. Nas chamadas sociedades primitivas o exercício da liderança não era algo desejado pelas pessoas, mas uma consequência quase natural e originária de serviços prestados à coletividade. Exercer um poder só tinha sentido se fosse um poder a serviço da coletividade.

“Mas”. E a análise do pensador tem um “mas”: “Mas, atualmente, com o objetivo de obter vantagens no exercício dos cargos, os homens querem conservar esses cargos para si”. Ou seja, o filósofo constata que no transcorrer do tempo aqueles que exercem o poder, deixaram de fazê-lo em nome do bem comum e passaram a fazê-lo em nome de interesses particulares. E isso tem uma consequência nefasta: a afirmação de que os governos que não se fundamentam no bem comum “são todos falhos”. O filósofo diz, textualmente que: os governos “que têm em vista apenas o interesse dos governantes são todos falhos e formas desviadas das instituições corretas, visto que são despóticos.”

E o que fazer diante de governos que não trabalham em nome e em favor do bem comum? Bem, esta já é uma conclusão que não depende mais de Aristóteles. Ao governo que não atende ao bem comum só resta um destino: Devem ser suprimidos!

E assim chegamos ao nosso país. Ao longo de nossa história governos e governantes usam o povo sem servir ao povo. E isso se escancarou nos últimos tempos: são várias décadas em que se sucedem governos que não atendem ao bem comum e, pelo contrário, sempre beneficiaram a si e a interesses particulares. Cabe, portanto, ao povo, excluí-los do poder.

Não se trata apenas de tirar quem está no poder, mas de impedir aqueles que já o exerceram nefastamente em beneficio pessoal, retomem o poder. Cabe ao povo fazer a faxina. Não adianta retirar um partido do poder e colocar outro tão corrupto quanto o atual. Precisamos esvaziar a lixeira. Ao povo cabe essa iniciativa e não a grupelhos que procuram tirar beneficio da situação. Entretanto precisamos tomar cuidado para não nos deixarmos ludibriar nem pela mídia que manipula as opiniões, nem pelos que, de mãos sujas desejam ocupar o poder para “obter vantagens” pois eles “querem conservar esses cargos para si.” Cabe ao povo extirpar o mal pela raiz, pois governo “que têm em vista apenas o interesse dos governantes são todos falhos”.

Neri de Paula Carneiro

Mestre em educação, filósofo, teólogo e historiador

Rolim de Moura - RO